

A GRANDE ENCHENTE DE 1953 NO ESTADO DO AMAZONAS: USOS POLÍTICOS E ECONÔMICOS



THE GREAT FLOOD OF 1953 IN THE STATE OF AMAZONAS:
POLITICAL AND ECONOMIC USES

Leno Barata Souza¹

Resumo

O artigo discute a grande enchente do rio Amazonas, a maior registrada no século XX na região. Confrontando uma documentação de governo do estado, busco revisar os usos da grande enchente, por parte das autoridades amazonenses, como instrumento catalisador de recursos federais para o Amazonas que, há quase meio século, vivia uma crônica crise econômica e um ostracismo político que governantes e empresários amazonenses, valendo-se da enchente, visavam vencer. Para tanto, animaram a extraordinária alagação a luz de uma narrativa apocalíptica proveniente dos discursos oficiais que apresentava a grande cheia amazônica, junto aos órgãos federais, como um “cataclismo” sem fim. Questionar os sentidos e as funções dessa narrativa é outra das propostas desse artigo.

Palavras-chave: Enchente; Amazônia; História do Amazonas.

Abstract

The article discusses the great flood of the Amazon River, the largest recorded in the 20th century in the region. Comparing state government documentation, I seek to review the uses of the great flood, by Amazonian authorities, as an instrument to catalyze federal resources for Amazonas, which, almost half a century ago, was experiencing a chronic economic crisis and political ostracism that governments and Amazonian businessmen, taking advantage of the flood, aimed to win. To this end, they animated the extraordinary flood in the light of an apocalyptic narrative originating from official speeches that presented the great Amazon flood, together with federal agencies, as an apocalyptic “cataclysm”. Questioning the meanings and functions of this narrative is another of the proposals of this article.

Keywords: Flood; Amazônia; History of Amazonas.

¹ Doutorado em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC – SP). Professor da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). E-mail: baratasouzalenojose@gmail.com.



Introdução

Em mensagem de 15 de março de 1953, na seção de abertura da Assembleia Legislativa do Amazonas, o então governador Álvaro Maia elegeu os três principais problemas a serem enfrentados pelo seu governo naquele ano: valorização econômica da Amazônia; questão dos Territórios Federais e, sobretudo, do Acre².

No entanto, menos de um mês após o discurso do governador, a subida incomum das águas dos rios da região protagonizaria a pauta das discussões políticas, passando a ser o assunto maior da sociedade amazonense como um todo que estava por enfrentar a maior alagação de que se tinha notícia até então.

Não era a enchente em si que chamava a atenção, despertava curiosidades e apreensões, o regime das águas não apenas é tradicionalmente conhecido, como é parte inerente e significativa da cultura amazônica. Todavia, a subida das águas tem um limite reconhecido pelos moradores, especialistas, imprensa e autoridades públicas e a enchente amazonense de 1953, com seus 29,69 metros, ultrapassou todas as balizas, subjugando marcos de alagações famosas como as de 1909 e, sobretudo, a de 1922 que até então se pensava insuperável, cravando o ano 1953 no topo das escalas de medições das cheias realizadas, desde 1903, pelo Serviço Hidrométrico do Porto de Manaus, permanecendo ali, de forma solitária e soberana, por quase sessenta anos³.

Menos que um fenômeno natural, para os moradores do lugar, as “águas grandes” animam-se como uma paisagem social que confere sentido aos seus modos de vida cotidianamente ligados ao rio, porto de suas montarias e porta de suas casas; fonte de alimentos, trabalhos, lazeres e, ainda, de memórias que fomentam peculiares histórias do lugar, atravessando suas vidas e explicando sua realidade.

Os rios amazônicos seguem o ciclo de cheias e vazantes que, sobretudo os ribeirinhos, estão acostumados sempre adaptando seus modos de vida ao ciclo sazonal do complexo hídrico do lugar e, aqui, o termo complexo assume toda a

² *Mensagem de Governo*, Manaus, 15 mar.1953.

³ Em 2009 águas do Rio Negro subiram aos 29,77 metros, mas logo superada pela enchente de 2012 com seus 29,97 metros para, em 2021, outro recorde, pela primeira vez o rio rompeu a casa dos 30 metros, 30,02. Dados obtidos junto a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM-Manaus, ligada ao Serviço Geológico do Brasil).



Desse trajeto do Rio Amazonas, nos interessa o intervalo até a fronteira com o estado do Pará, trecho onde a disparidade de subida e descida das águas, devido sobretudo ao baixo declive do seu leito e sua grande largura, é bem menos acentuada, diferente do que sucede em seus afluentes (margens esquerda e direita) que possuem regimes opostos de cheia e vazante. Assim, o nível das águas do Amazonas em Tabatinga, fronteira com o Peru, não será muito diferente do verificado na Ilha de Marajó, sua foz no Atlântico⁶.

Por isso, nesse imenso corredor hidrográfico, podemos “arriscar” uma regra para o ciclo natural de suas águas que, de novembro a junho (eventualmente julho), sobem (cheia), depois do que começam a descer (vazante) até novembro quando recomeça outra cheia. São oito meses de subida e quatro de descida do rio, o ritmo de subida é mais lento do que de descida. Ainda assim, as águas não se precipitam (para cima ou para baixo) num repente, surpreendendo os moradores do lugar: “Não há movimentos torrenciais. Ninguém morre surpreendido pelas águas” na Amazônia⁷.

Por outro lado, ali, o regime natural dos rios, menos que uma linha de ida e volta (cheia e vazante), configura-se mais como um círculo giratório, ou mais significativo ainda, como uma espécie de relógio natural que, especialmente os moradores da região, constroem a partir de seus modos de vida em que as águas do rio são expressões sempre significativas.

Dessa forma, nesse peculiar medidor, se as águas são o mostrador, as cheias e vazantes respondem pelos ponteiros que dão movimento ao mecanismo e informam o tempo dos fenômenos naturais que se sucedem periodicamente.

Entendendo cultura como um processo sempre em mudança, tal relógio é ainda constantemente aprimorado pelos moradores que, valendo-se de valores e orientações próprios, costumam subdividir, nomear e renomear suas fases.

Nesses termos procedeu a pesquisadora Edivânia Hosana da Silva que, a partir das entrevistas com os ribeirinhos da Comunidade São José na Ilha do

⁶ Foi nisso que apostou, por exemplo, o pesquisador Hilgard O’ Reilly Sternberg em seu estudo, de 1953, sobre o homem e a várzea do Careiro, município próximo a Manaus que na falta de escalas sobre o nível das enchentes no Careiro, e no Amazonas como um todo, se valeu da régua de medição da capital. STERNBERG, Hilgard O’Reilly. **A água e o homem na várzea do careiro**. Rio de Janeiro: Universidade do Brasil, 1956.

⁷ BITTENCOURT, A. **O homem amazonense e o espaço**. Manaus: Arte Nova, 1965 p. 13.



Careiro da Várzea, redimensionou o ciclo das águas do Rio Amazonas de acordo com a imagem a seguir:

Imagem 2: “Regime do imaginário das águas”



Fonte: SILVA, 2009, p. 59.

No interessante “relógio” de Edivânia da Silva, percebe-se melhor a cadência de seca e cheia. A subfase “enchendo” (novembro a fevereiro) ilustra o lento movimento do mecanismo natural que não ocorre de forma linear, em um compasso único, mas permeado ainda pelas subfases “repiquetes” quando o rio, tanto na subida quanto na descida, para em um longo respiro, de quase um mês, como se estivesse ganhando fôlego para continuar sua marcha.



O mesmo sentido de movimento da fase de cheia (“enchendo”) poderia ser dado também a seca com uma subfase, secando (até meados de outubro), depois do que, o rio para de secar (vazar suas águas) para começar a encher novamente a partir de novembro.

No que tange as fases mais amplas, verão e inverno, se o primeiro corresponde na Amazônia à vazante dos rios, quando as temperaturas são sempre acima dos 30°, o inverno responde pelas intensas precipitações pluviométricas que vão de novembro a fins de fevereiro e que amenizam as altas temperaturas e elevam o nível dos rios.

Em entrevistas orais também pude levantar algumas impressões dos moradores para com o regime das águas, como na conversa com Sebastião de Souza Garcia que nasceu (1938) e até os 14 anos viveu em outra ilha, a do Manaquiri próxima a Manaus e ao Careiro da Várzea. Foi para a sua ilha natal que ele se voltou para compor o ciclo natural do Rio Amazonas e, apesar de um ou outro tempo diferente da criação de Edivânia da Silva, a esta se sintoniza e a pluraliza:

[...] naquela época, o verão era certo, mas o inverno também era. No mês que nós temos agora (novembro), antigamente, quando eu tinha os meus 10 anos, era primeira chuva do inverno, nesse mês que nós temos hoje em dia, dá a chuvada, aí o **rio enchia um pouco**, daí em dezembro parava, fim de dezembro, aí parava o rio, aí em **janeiro começava a encher**, aí também só ia parar em junho [...] é o seguinte: janeiro, fevereiro e março já tinha um solzinho, aí mês de abril começava (verão), abril, maio, junho, julho e agosto, setembro, daí já começava o inverno [...]⁸.

A excepcionalidade da enchente de 1953 não significou qualquer inversão do ciclo natural, ou da intromissão de fenômenos desconhecidos no costumeiro regime dos rios. Mas o que chamou a atenção foi, além de seu alcance final, a incrível marca de 29,69 m, o ritmo diário de subida das águas que, se em fevereiro crescem normalmente 4,3 cm por dia, em 1953 montaram a 9 cm e ainda em março superaram as médias das máximas que costumam ser atingidas apenas na segunda quinzena de junho quando o rio para e começa a retroceder⁹. No entanto,

⁸ Sebastião Garcia, entrevista ao autor, Manaus, 08. nov. 2011.

⁹ STERNBERG, Hilgard O'Reilly. **A água e o homem na várzea do careiro**. Rio de Janeiro: Universidade do Brasil, 1956, p. 42.



ainda em julho, o rio permanecia cheio e os efeitos da grande alagação se fariam sentir até agosto quando suas águas já deveriam estar vazando.

Para entendermos melhor a excepcionalidade das marcas acima, o pico médio das cheias anuais gira em torno de 27,71 m; aos 27 m já surgem às costumeiras alagações; um metro e meio a mais de água (28,5 m) e precipitam-se os primeiros transtornos para os ribeirinhos; aos 29 m, segundo técnicos do Porto, tem-se a cota de emergência. A enchente de 1953 sobrepujou a de 1922 em mais de 30 cm, subiu a 70 cm acima do nível crítico e quase 2,70 m além do nível sazonal¹⁰.

Os números podem parecer pequenos, mas, tomando Manaus como índice, com uma altitude máxima de 35 m (sempre em relação ao nível do mar) e que em sua orla com o Rio Negro não passa dos 25 m¹¹, sendo “[...] uma cidade fluvial de confluência”¹² de dois rios gigantes, o Amazonas e o Negro que, na frente de Manaus, atinge 22 km de largura¹³, podemos assegurar que qualquer “lâmina” de água acima do costume é o suficiente para o transbordamento das margens urbanas, tanto em Manaus, como no interior onde a altitude das cidades é ainda menor em relação ao leito dos rios.

Para reforçar os números, recorremos ainda às imagens a seguir nas quais se observa a superação da linha d’água de 1922 pela de 1953:

¹⁰ Os dados estão sendo obtido junto ao Serviço Hidrométrico da Manaus Harbour (antiga concessionária do Porto), acervo disponível no Instituto Histórico e Geográfico do Amazonas e Biblioteca do Museu Amazônico.

¹¹ BITTENCOURT, A. “As enchentes do rio Amazonas”. **Boletim da ACA**, n.144, p. 07-11, jul. 1953, p. 07.

¹² AB’SABER, A. N. “A Cidade de Manaus (primeiros estudos)”. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 15, p. 18-45, out. 1953, p. 20.

¹³ AB’SABER, A. N. “Bases para o estudo dos ecossistemas da Amazônia brasileira”. **Estudos Avançados**, vol. 1, p. 07-30, 2002, p. 08.



Imagem 3: Marcos da enchente de 1953



Fonte: <http://www.biblioteca.ibge.gov.br/colecaodigitalfotografia>. Acesso em: 29. out. 2023.



Visões e discussões sobre a enchente

Quando os limites são vencidos, as cheias deixam seu caráter de normalidade, assumindo formas de fenômenos adjetivados por termos superlativos como grandes, anormais, desconumais, tal como percebem alguns estudiosos locais como Samuel Benchimol para quem “Grandes cheias: grandes calamidades e grandes misérias”¹⁴ e Arthur Cezar Ferreira Reis que, se reconhece a naturalidade e utilidade das enchentes sazonais quando as várzeas são humificadas pelos sais minerais trazidos pelas “águas grandes”, alerta para as destrutivas “cheias anormais” que, quando “passam os limites, destroem plantações, matam o gado, arrasam casas”¹⁵, e, acrescentamos, ceifam vidas humanas ainda.

Seus efeitos, em vez de benéficos, passam a serem medidos em termos de catástrofe, drama e destruição. Foram estes os índices que encontramos, especialmente em uma bibliografia da Associação Comercial do Amazonas, (doravante ACA) e nas linhas da documentação de governo amazonense e que serão privilegiadas e discutidas a seguir.

Tais fontes representam um significativo “termômetro”, indicador da enchente de 1953 animada pelos clamores, denúncias e reclamações dos mandatários da economia e política local, cujos nervos ficavam cada vez mais a flor da pele à medida que as águas cobriam as férteis terras varzeanas, lugar do cultivo de juta, de uma produção extrativa como a borracha e de uma doméstica pecuária, pilares de uma já combatida economia amazonense.

De uma forma ou de outra, o plantio, a colheita, a coleta, a caça, a criação, bem como o escoamento de qualquer produção se integravam ao regime natural dos rios que, se seguissem o ciclo normal, resultavam em bons dividendos para o estado, caso contrário, como ocorreu em 1953, o fracasso das receitas também seria garantido, inquietando, primeiro os empresários da ACA e, em seguida, também as autoridades públicas amazonenses.

¹⁴ BENCHIMOL, S. **Amazônia: um pouco antes e além depois**. Manaus: Umberto Calderaro, 1977, p. 436.

¹⁵ REIS, A. C. F. “O mundo amazônico: terra, floresta, água e ar”. **Cadernos de Arquitetura Brasileira**, n. 1, p. 26-47, 1967/68, p.29.



À medida que maturávamos as informações, fomos percebendo uma linguagem apocalíptica para com a enchente e que atravessou todos os fragmentos, notadamente os provenientes da ACA e do executivo estadual. Tom fatalista usado, sobretudo, para potencializar as preocupações oficiais com a economia local que, de fato, estava sendo tragada, não apenas pela enchente, mas também pelas novas regras de câmbio livre brasileiro para as exportações¹⁶ e que deixaram de fora produtos amazonenses como borracha, castanha, madeiras, couros, peles e piaçava, todos de suma importância para a fazenda do estado.

Foi essa situação e mais a fixação mínima do preço da juta ao produtor que, a partir de 01 de abril de 1953 o governador Álvaro Maia, a pedidos e subsidiado pela ACA, foi resolver no Rio de Janeiro onde permaneceu por 40 dias “[...] a fim de pleitear, junto aos órgãos federais responsáveis pela lei de execução do câmbio livre, benefício para a exportação dos nossos produtos [...]”¹⁷.

De certo, a produção de 1953 já estava seriamente comprometida (ou perdida de fato), mas a missão seria salvar os potenciais dividendos da colheita-coleta do ano anterior quando a super safra de juta amazonense conseguiu a autossuficiência brasileira; uma grande quantidade de castanha, fruto colhido quando o rio está subindo, também já estava à disposição do mercado externo; tal como a borracha, produto coletado durante a vazante e que ainda aguardava destino nas docas do Porto de Manaus; por sua vez, as madeiras descem os rios para as serrarias da capital apenas durante as cheias dos rios.

Ainda assim, entre a promulgação da Lei Federal do Cambio Livre, em janeiro de 1953, e as ações conjuntas de protestos da ACA e do governo, passaram-se quase três meses. Mesmo na mensagem do dia 15 de março, que abre os trabalhos legislativos no estado, não existe qualquer crítica sobre a Lei que nem figurou na lista dos problemas a serem enfrentados pelo governo de Álvaro Maia em 1953, citados acima.

Com relação à enchente, a 07 de Janeiro, ela ainda se encontrava no horizonte amazonense e não tinha escapado aos padrões naturais reconhecidos, o que começou a ocorrer apenas em fevereiro quando as águas cresceram desmesuradamente, mas nada que parecesse desassossegar ainda o governador

¹⁶ Lei Federal do Cambio Livre (n.1807), de 07 jan. 1953.

¹⁷ *Relatório de Governo*, Manaus, 01 abr. 1953.



que, na dita mensagem, à exemplo de seus antecessores, apenas voltou a se lamentar da longa crise econômica que abatia o Amazonas desde o início do século e que, àquela altura, se configurava mais como uma sina, cujos efeitos da enchente, por enquanto, pouco alterariam a desventura local, tal como se desprendem de sua fala:

[...] Trata-se de problema diuturno, sem repouso aos que dirigem os órgãos associativos: o pauperismo, principalmente em Manaus, não resulta de estiagens ou enchentes, é permanente, talvez pelas influências das crises da nossa indústria extrativa [...]¹⁸.

A borracha, a juta e a castanha, se eram de suma importância para receitas locais, nacionalmente eram produtos de terceira ordem que pouco contavam na balança do mercado brasileiro (ao contrário do café, algodão e cacau, focos da Lei do Câmbio Livre). Por isso a pouca atenção que despertavam junto as autoridades centrais.

Além disso, o Amazonas, diferente do início do século, quando detinha a liderança mundial nas exportações da cobiçada goma elástica, àquela altura, não possuía mais nenhuma moeda de troca, nenhum instrumento de persuasão, pressão, ou mesmo de comiseração. A grande enchente de 1953, mesmo que por um brevíssimo tempo, veio a ocupar esse vazio.

Mas de que forma? As formas são discutíveis, mas os sentidos pareceram claramente seguir o ritmo de subida dos rios amazônicos que, tão logo se mostrou excepcional, passou a ser cooptado pela ACA e autoridades públicas locais como fator de força política no sentido de pressionar as esferas federais a rever uma lei (do Câmbio Livre) que, em conjunto com a grande enchente, minavam ainda mais as receitas amazonenses.

No mesmo compasso de subida das águas foram as movimentações dos diretores da ACA que, em fins de março, quando as águas do Rio Amazonas superam as médias das máximas, também iniciaram suas ações enviando um primeiro Ofício ao governador onde lhe “sugeriam” que fosse defender, pessoalmente, os interesses locais na então capital federal, liderando os esforços dos delegados da associação e da bancada legislativa amazonense.

¹⁸ *Mensagem de Governo*, Manaus, 15 mar. 1953.



Nesse movimento inaugural da ACA já sobressai o fenômeno natural da enchente excepcional como instrumento de mediação entre os interesses econômicos (amplamente prejudicados pela nova Lei do Cambio Livre) e as respectivas medidas políticas a serem seguidas pelas autoridades amazonenses, cuja economia, a partir de então, inversamente aos rios, seguiria uma escala descendente em sua produção e lucros. Equação essa de que também se valeram os diretores da ACA na pressão para o governador ir ao Rio de Janeiro:

A gravidade da situação criada por essa exclusão (da Lei do Cambio Livre) ocasionará avultados prejuízos às finanças públicas, sobretudo em face do eminente sacrifício das safras de juta e de outros produtos agrícolas, ameaçados pela **grande enchente** nos rios mais habitados e trabalhados [...] seria da maior conveniência uma ação direta e pessoal de V. Excia., na capital do país, de maneira a evitar delongas que vem retardando uma solução satisfatória aos interesses amazonenses. É cedendo a essa convicção que nos animamos a sugerir a V. Excia., sua ida a capital do país [...]¹⁹.

Quando Álvaro Maia desembarcou na capital nacional (04 de abril), as águas já tinham sitiado as terras ribeirinhas, à equação de antes se juntaram às dramáticas descrições dos acontecimentos da enchente que também alcançavam cotidianamente as reuniões no Palácio do Catete por intermédio de informes e noticiários oficiais enviados do Amazonas, todos carregados de tintas fatalistas expondo uma espécie de “fim do mundo” amazônico.

Uma semana após a partida de Álvaro Maia, a marcha ascendente dos rios foi repercutida nas Atas da ACA sob o título de “A Enchente e Seus Efeitos”, todos econômicos, obviamente: “Constitui motivos de longos debates o problema da enchente dos nossos rios, com os seus trágicos efeitos na economia regional. A situação vem trazendo inquietação em todos os círculos, pelos sacrifícios a que está sendo submetida à população ribeirinha [...]”²⁰.

Mas exatamente, a quem se prende a “população ribeirinha” que os diretores da ACA parecem se colocar como abnegados defensores?

Seguindo as linhas da Ata do dia 13, pudemos compor o perfil desses ribeirinhos que tanto “preocupavam” os associados da ACA. Eles se prendiam “[...] sobretudo aos jaticultores [...] e demais lavradores extrativistas dependentes

¹⁹ ACA, Manaus, Ofício de 30 mar. 1953, grifo nosso.

²⁰ ACA, Manaus, Ata de 13 abr.1953.



dos homens de negócio da associação que, a partir de Manaus, financiavam e intermediavam a maior parte da produção interiorana, todos ciosos para com suas rendas.

Assim, antes mesmo do pico das águas em junho, se dirigiram diretamente ao presidente da república para lhe relatar a “[...] calamitosa situação em virtude da grande enchente do rio Amazonas [...]” que veem submergindo “[...] juitais, rebanhos de gado, plantações e deixando ao desabrigo numerosas famílias”²¹.

Nos fragmentos acima, além personificar os “ribeirinhos da ACA”, também se pode perceber a hierarquia social das apreensões oficiais: juiticultores (extrativistas), criadores, agricultores e, por último, os demais, “numerosas famílias”. Ordem de preocupações que, praticamente, se manteria inalterada nas pautas da ACA e dos políticos amazonenses.

Obedecendo tal hierarquia, um Noticiário do Diário Oficial serviu de porta voz entre o governador e os criadores e agricultores ribeirinhos do Careiro e Cambixe, em vista da “[...] situação angustiosa [...] prejudicados de maneira desalentadora [...]” pela incomum enchente²².

Teoricamente, suas queixas pareceram ser atendidas pela Lei n. 3 de 28 de abril que “Autoriza o poder executivo a auxiliar os agricultores e criadores localizados em terras alagadiças [...] atendendo a situação angustiosa por que vêm passando devido a enorme enchente dos rios que devasta as culturas e as criações”, tal como estava acontecendo nas várzeas do Careiro e Cambixe²³.

Em telegrama ao governador Álvaro Maia, o presidente do Banco de Crédito da Amazônia, Gabriel Filho, pontua os alvos da ajuda do Banco: “[...] juiticultores, juteiros e pequenos criadores”, para os quais promete “amparo objetivo”²⁴. O presidente da ACA, Ermindo Fernandes Barbosa, por sua vez, em mais um “radiograma” a presidência da república, anima os “efeitos catastróficos da enchente”, especialmente pelas “[...] perdas de bens, lavouras e, sobretudo rebanhos [...]”²⁵.

²¹ ACA, Manaus, Atas de 13 e 27 abr.1953.

²² *Diário Oficial*, Manaus, Noticiário de 13 abr.1953.

²³ *Diário Oficial*, Manaus, Governo do Estado de 04 mai.1953.

²⁴ *Diário Oficial*, Manaus, Noticiário de 10 mai.1953.

²⁵ ACA, Manaus, Boletim de mai. de 1953.



A angústia de criadores, agricultores e extratores, partia tanto de seu presente “desalentador”, podiam apenas assistir impotentes a submersão de suas terras pelas águas da grande enchente, quanto pelo medo do passado de 1922, cujos “efeitos desoladores” ameaçavam ser superados agora. Seus piores temores se confirmariam antes do término do mês de março quando o ápice de 1922, 29,36 m, foi superado pelas “águas grandes” de 1953 que continuavam a crescer, no entanto, menos que a histeria dos mandatários políticos e econômicos do Amazonas.

De tal modo, acompanhando a cadência ascendente dos rios, os registros oficiais também foram se tornando mais nervosos, dramáticos, quase apocalípticos. Se na Ata e Noticiário do dia 13 o tom ainda era de desassossego, na Ata do dia 27, ele se transforma em “calamitosa situação”²⁶ e, no Diário do dia 30, pareceu ser o fim: a “Amazônia está debaixo d’água (sic)”, “terrível catástrofe”, “cataclismo”!²⁷

Em pouco mais de 15 dias, ápice das negociações no Rio de Janeiro, o desassossego do dia 13, tinha se transformado em uma convulsão econômica e política sem precedentes, e o tom, mais que os rios, continuava subindo.

No dia 04 de maio, o governador do Amazonas em exercício, José Francisco da Gama e Silva telegrafou “desolado” ao governador Álvaro Maia relatando o que viu nas importantes várzeas do Careiro e Cambixe, completamente submersas, “[...] gado em plena água, plantações devastadas [...] proporções de verdadeira catástrofe [...]”²⁸. Pelo visto, a Lei n. 3 de 28 de abril, já tinha se tornado letra morta.

A Ata da ACA do dia 12 de maio, via telegrama, informa que a “Enchente do Amazonas [...] constituiu o principal assunto da reunião” entre os representantes do Amazonas e o presidente Getúlio Vargas, para quem foi lido o “apelo telegráfico” que descrevia o “pavoroso fenômeno telúrico”, visto *in loco* por uma comitiva parlamentar e jornalística que se dirigiram para o estado e onde foram recebidos por consultores e secretários da ACA, publicizando

²⁶ ACA, Manaus, Ata de 27 abr.1953.

²⁷ *Diário Oficial*, Manaus, 30 abr.1953.

²⁸ *Diário Oficial*, Manaus, Noticiário de 08 abr.1953.



nacionalmente as “águas grandes” amazonenses que, dessa forma, entraram de vez na pauta da presidência, dos ministérios, do congresso e do senado²⁹.

Toda essa notoriedade acabaria por pender a balança para o lado dos representantes amazonenses, sendo estrategicamente utilizada como um instrumento de força nas negociações. Assim, acreditamos que a grande enchente, especialmente como foi representada pelas autoridades locais, representou um fator preponderante para o bom êxito das propostas da comitiva liderada por Álvaro Maia no Rio de Janeiro e que, na mesa das reuniões expunha, em confronto, a Lei do Câmbio e a “pavorosa enchente” *versus* a debilitada economia amazonense.

Por esse viés, relatando seus “Trabalhos no sul do país”, o governador colocou, *pari passu*, os termos vantajosos obtidos para a economia do estado e os desdobramentos da grande alagação, como se aqueles estivessem em função desta: “Enquanto se procurava atenuar o impasse econômico, originado pela lei do câmbio livre [...] às águas cresciam, derramando-se na maior enchente em nossa história de crises e calamidades”³⁰, sempre potencializadas pela ação simultânea da Lei e da enchente, cujo resultado final seria o depauperamento, a liquidação total de um estado que, se não bastasse sua recorrente crise financeira, era atingido agora por um fenômeno natural sem precedentes.

Tão logo a missão econômica amazonense atingiu seus objetivos no Rio de Janeiro, os esforços se concentraram em aproveitar a grande enchente também como uma problemática social, um chamariz com o qual se mantinha a atenção da federação para com um estado que, desde o seu auge gomífero no início do século, perdera influência e poder de negociação junto ao executivo e legislativo nacionais.

As atenções, por intermédio de projetos, petições, reclamações e clamores, se transformavam em verbas oficialmente destinadas a socorrer os ribeirinhos alagados e ilhados no extremo Norte do Brasil.

²⁹ ACA, Manaus, Ata de 12 mai.1953.

³⁰ *Relatório de Governo*, Manaus, 15 mai.1953. Sobre os termos vantajosos, o governador, no mesmo relatório, elenca: “Ficaram liberados, na base de 30%: (a) castanha graúda com casca; (b) madeiras; (c) peles e couros crus; (d) piaçaba. Houve também intenso esforço para a fixação do preço mínimo da juta, em Cr\$ 6,50 ao produtor, e venceu ainda essa vez, a Amazônia [...]”



Para tanto, a genérica “população ribeirinha” da ACA, animada de início apenas pelo seu veio econômico: juticultores, criadores e agricultores, passa por uma metamorfose, se transformando em “flagelados”, “vítimas” e “compatriotas”. Signos sociais mais propícios para a obtenção dos recursos públicos e para os quais se voltaram os políticos amazonenses como o deputado federal Paulo Nery que, tão logo a enchente se mostrou incomum, aportou no congresso com um projeto de 20 milhões de cruzeiros, tudo, jurava o deputado, “Para socorrer aos **flagelados** da enchente”³¹.

Se nas Atas de abril, quando o foco ainda era a questão econômica (Lei do Câmbio), sobressaem a condição produtiva dos atingidos pela alagação, na do mês seguinte, que anuncia o “pavoroso fenômeno telúrico”, esse caráter quase desaparece.

Agora, os alagados são representados como vítimas indefesas frente à grande enchente que assola “[...] as populações marginais dos nossos rios [...]”, cujo desespero, telegrafado da ACA ao presidente Getúlio Vargas, seria amenizado apenas pela “[...] aprovação, com urgência, do projeto de autoria do deputado Paulo Nery [...]” que justificava a bela soma (20 milhões de cruzeiros) para socorrer, não mais jutais e campos, mas para salvar os “nossos patrícios [...] vítimas do flagelo”³².

À remição econômica de antes, se junta a “[...] salvação pública [...] dos dramáticos efeitos da enchente”; “público” esse, cujo leque é ampliado e animado agora por ribeirinhos compatriotas, socialmente reunidos na dramática condição de vítimas, despossuídos e flagelados³³.

Foram esses ainda os sentidos das últimas ações do governador Álvaro Maia no Rio de Janeiro que poderia estar a serviço da ACA, patrocinadora de sua viagem, mas também não poderia se esquecer de seus eleitores e nem de seus aliados políticos (no ano seguinte ocorreriam eleições).

Nesses termos, o governador, às vésperas do seu retorno a Manaus, foi conferenciar, reservadamente, primeiro com o presidente Getúlio Vargas e depois

³¹ ACA, Manaus, Ata de 27 abr.1953, grifo nosso.

³² Para termos uma ideia, a receita do Amazonas em 1953 foi de 120 milhões de cruzeiros, ou seja, a verba pedida pelo deputado era quase 25% da receita anual do estado. *Mensagem de Governo*, Manaus, 15 mar.1954.

³³ ACA, Manaus, Ata de 12 mai.1953.



com a primeira-dama. O tom agora trazia a enchente também a luz de um drama social, na medida em que ela, além de assolar a economia, disseminava ainda a fome, o desabrigo e o desamparo.

Do presidente Vargas, conseguiu tanto sua simpatia e apoio para com o projeto de Paulo Nery que “[...] caberia solução também por outros meios”, como sua ação na forma do Decreto n. 32.702 que criava a “[...] Comissão Executiva de Socorro às populações atingidas pelas enchentes do Rio Amazonas e seus tributários”.

Da primeira-dama, Darcy Sarmanho Vargas, presidenta da Legião Brasileira de Assistência, obteve primeiro, “1850 caixas de víveres [...] recebidos e distribuídos”; em seguida, Cr\$ 500.000,00 para “[...] serem aplicados de acordo com um plano organizado pela Comissão Estadual de Manaus”. Finalmente, a própria reestruturação administrativa da LBA-Manaus, abandonada até então, mas agora revitalizada e voltada para as vítimas da grande enchente³⁴.

O legislativo amazonense, em sintonia com a subida dos rios e com as requisições para a federação, também se movimentava. Índice disso é a citada Lei n. 3 de 28 de abril, ainda exclusiva para os “[...] agricultores e criadores das zonas ribeirinhas” e que liberou um milhão de cruzeiros àqueles³⁵. Mas a Lei n. 2 de 03 de maio, no entanto, da Câmara Municipal de Itacoatiara, já se voltava para um leque social mais amplo: “[...] crédito extraordinário de Cr\$ 100.000,00 para atender as **vítimas** das inundações [...]”³⁶.

Acompanhando a generalização dos inundados, tão logo Álvaro Maia reassumiu o governo, os poderes locais intensificaram a empreitada que, partindo do Rio de Janeiro (LBA e Comissão Executiva de Socorro), atinge o Amazonas (LBA-Manaus e Comissão Estadual de Manaus): “[...] campanha que ora se processa, sob o patrocínio do Governo do Estado, Legião Brasileira de Assistência e comércio local, em prol das **vítimas** da enchente”³⁷.

Concentrar os esforços, aumentar o tom sobre as inundações, sempre descritas à luz de um “fim de mundo”, e pluralizar os atingidos, contribuiria para desburocratizar o repasse dos créditos, agilizar a aprovação das verbas

³⁴ *Relatório de Governo*, Manaus, 15 mai.1953.

³⁵ *Mensagem de Governo*, Manaus, 15 mai.1954.

³⁶ *Diário Oficial*, Manaus, 05 jun.1953, grifo nosso.

³⁷ *ACA*, Manaus, Ofício de 19 mai.1953, grifo nosso.



humanitárias, ou mesmo o aumento destas como ocorreu com o crédito pedido pelo deputado Paulo Nery, aprovado não em 20, mas em 25 milhões de cruzeiros, “fato inédito”, segundo a Comissão de Finanças³⁸.

Outro resultado prático, fruto da visita da comitiva parlamentar ao Amazonas, foi à assinatura presidencial de mais uma “[...] lei abrindo crédito extraordinário de socorro às vítimas da enchente [...]”³⁹. Além do que, as águas, a qualquer momento, iriam parar de crescer (ou o “apocalipse oficial” se tornaria uma realidade), retrocederiam tal como os recursos federais, por isso a pressa e os atropelos.

Quem também se integrava nessa “cruzada” de socorro às vítimas da enchente eram os prefeitos dos municípios sitiados pelas águas do Rio Amazonas. Naturalmente a direção de seus movimentos era no sentido de receber as prometidas e ricas verbas públicas para o estado, somas que, ultrapassariam, de longe, anos de recolhimento de suas fazendas públicas. De uma ponta a outra do rio, até mais veloz que as águas, corriam os pedidos de socorro dos chefes municipais, intensificados tão logo Álvaro Mais reassumiu o governo.

Subindo o rio, rumo oposto à sua nascente, partimos do Baixo Amazonas, município de Barreirinha (próximo a Parintins), onde rastreamos um dos primeiros pedidos de salvação pública, telegrafado nos seguintes termos: “Comunico Vossencia (sic) Cidade Barreirinha tomada enchente impossibilitando trânsito público [...] Interior Município verdadeira calamidade [...]”⁴⁰.

Seguindo o rio, chegamos a Urucurituba, ali, segundo o desesperado telegrama, as notícias também não são das melhores. Tanto as aulas como os trabalhos da câmara foram suspensos por conta das águas do Amazonas que “[...] penetrou toda a cidade [...] residências alagadas, verdadeiro pânico”, garante o prefeito que, como solução, sugere ao governador, “medida de calamidade pública”⁴¹ e com a qual, por outro lado, eliminaria várias etapas burocráticas para a liberação das verbas oficiais, tendo ainda prioridade quando da distribuição destas. Sugestão essa que, senão em termos explícitos, como recomenda o

³⁸ *Diário Oficial*, Manaus, 25 mai.1953.

³⁹ *Diário Oficial*, Manaus, Noticiário de 18 jun.1953.

⁴⁰ *Diário Oficial*, Manaus, Noticiário de 25 mai.1953.

⁴¹ *Diário Oficial*, Manaus, Noticiário de 06 mai.1953.



prefeito acima, estaria tácita também em outras comunicações dos prefeitos do interior com o Palácio Rio Negro, sede do governo estadual em Manaus.

Mais à frente no rio, atingimos o município de Itacoatiara, onde as aulas também foram suspensas e a prefeitura informa ainda já “ter esgotados todos os meios” do município para fazer frente à “situação vexatória” da alagação que, continua o prefeito, estava ameaçando de morte por “[...] inanição, afogados, ou devorados por feras [...]” os moradores do lugar, cuja “situação calamitosa”, o prefeito coloca em “emergência dependência” do governador⁴².

Passando pela cidade de Manaus, entramos no Médio Amazonas, precisamente no município de Codajás para onde se deslocaria o governador a fim de ver as destruições da enchente *in loco* e tomar as medidas pertinentes.

O prefeito de Coari, em telegrama urgente, “rogou” ao governador para que também estendesse sua viagem até aquela localidade onde lhe apresentaria um “impressionante panorama” animado pela excepcional alagação que parecia tragar a cidade para o fundo, “[...] barracas alagadas, roças submersas, jatais perdidos [...]” e imobilizar seus moradores com a “[...] miséria batendo em muitos lares que tudo perderão”. Tudo ao alcance dos recursos do município, afirma o prefeito, foi feito e, como que para potencializar seu “rogo”, ainda subscrevem o telegrama, os “padres redentoristas” do lugar⁴³.

Agora nos dirigimos para o Alto Solimões, município de Benjamim Constant, e ali, além da comum solicitação de inclusão da cidade (exaurida em seus recursos) na campanha nacional de ajuda aos flagelados pela enchente, percebemos ainda, que os recursos liberados pela federação estavam passando bem ao largo dos objetivos prometidos, levando o prefeito a fazer seus protestos e reivindicações ao governador em tons mais veementes:

A prefeitura e a Câmara Municipal de Benjamim Constant apelam para vossência (sic) no sentido de ser socorrida a população ribeirinha atingida pela calamidade da enchente que inundou suas barracas, destruiu suas plantações, causando-lhe prejuízo [...] sem abrigo e sem meios, sendo justo, portanto que os mesmos [...] participem agora dos auxílios destinados as vítimas dessa calamidade (contra a qual) a prefeitura deixa de contribuir em virtude de não dispor dos recursos necessários, visto **não haver recebido as verbas federais** que lhe são

⁴² *Diário Oficial*, Manaus, Noticiário de 18 jun.1953.

⁴³ *Diário Oficial*, Manaus, Noticiário de 30 mai.1953.



destinadas e os saldos de suas rendas existentes no tesouro do Estado⁴⁴.

Então, onde estaria indo parar as “verbas federais” destinadas a minorar os sofrimentos dos flagelados pela excepcional alagação amazonense? Em Benjamim Constant é que não era, segundo explicita fala de seu prefeito e, nos parece ainda, que em outros municípios também não, visto os recorrentes e queixosos telegramas de socorro de seus chefes municipais.

Um forte indício de corrupção no repasse dos recursos federais, coordenados a partir de Manaus, começou a se fazer sentir e as suspeitas só aumentavam à medida que avançávamos no confronto das informações, desde as mais comuns (como as já utilizadas), até as mais originais e insuspeitas, como uma irônica e inquietante charge na imprensa manauense:

Imagem 4: “A Bola do Dia”

⁴⁴ *Diário Oficial*, Manaus, Noticiário de 18 jun.1953, grifo nosso.

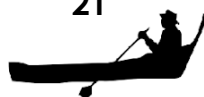




Fonte: A Gazeta, Manaus, 23 mai.1953.

Pelo visto, além de “a bola do dia”, a enchente havia se tornado também justificativa de empregos temporários na Câmara Municipal de Manaus, “É a enchente irmão; é a enchente...”. Não estariam os cinco “vereadores” a mais, sendo pagos com o dinheiro das verbas federais destinadas aos inundados? Ou ainda, não estariam estas sendo desviadas para promover a infraestrutura das tantas “Comissões” de ajuda aos flagelados, inclusive custeando pagamentos de seus funcionários?

Todo esse mecanismo de desvio das verbas para a enchente, a partir da Câmara de Manaus, deveria se repetir pelas casas legislativas dos outros municípios alagados, quando estes, eventualmente, recebessem algum repasse das somas já bastante minadas pelos políticos da capital, teriam ainda que “satisfazer” o mesmo ciclo vicioso, agora nas respectivas câmaras municipais do



interior. O que sobraria então, para os verdadeiros destinatários das verbas públicas, os ribeirinhos alagados? Como sempre, promessas!

Por esse viés, a maior parte dos créditos levantados pela “cruzada” antienchente, iniciada por Álvaro Maia no Rio de Janeiro, deveriam ficar mesmo nos cofres e bolsos de Manaus que, se pouco aparecia nas dramáticas linhas sobre as inundações, comuns em uma documentação do próprio governo, era, como sempre, o centro das ações contra os males da grande cheia que na capital significou, sobretudo, a invasão pelas águas do Rio Negro dos terrenos marginais no centro e nos bairros margeados pelos igarapés que entrecortam a cidade.

Transtornos consideráveis e preocupantes, sem dúvida, mas, por outro lado, nada que parecesse inquietar muito os diretores da ACA voltados de fato para a produção interiorana destinada à exportação como a borracha, a juta, a castanha, os couros e peles, cujas operações comerciais fomentavam a fazenda do estado e os lucros sobre o subsídio a essa produção bancado por quase todos os associados.

De certo, toda essa operação mercantil passava pelo Porto da capital, mas, mesmo tendo várias de suas docas e armazéns tomadas pelas águas do Rio Negro, sua característica flutuante pode minimizar os efeitos da grande enchente. As operações de exportação, pelo menos das mercadorias em estoque, puderam, sobretudo no início de subida das águas, ocorrer sem grandes dificuldades.

As várzeas de Manaus, no Rio Negro, eram impróprias aos cultivos e a extração, pelo menos em nível comercial como se obtinha nas várzeas do interior. As ribeiras alagadas na capital eram território de catraieiros, marítimos, ambulantes, marreteiros, comerciantes dos mercados públicos de víveres, estivadores, carregadores, subempregados, moradores de casas flutuantes, “perfil”, econômico e social, bem diferente das vítimas interioranas projetadas pelas autoridades, sobretudo da ACA.

Manaus ainda, considerando a média regional, situa-se sobre um terreno mais elevado, o que conseguiu retardar a alagação até o mês de maio, quando, só então, começou a despontar nos registros da ACA e imprensa local e, mesmo ali, via de regra, não é a Manaus alagada a protagonista das notícias, cujo farol continuou apontado para o interior do estado.



A enchente na capital, dessa forma, se prestou tanto para justificar a inclusão oficial de Manaus nos programas de ajuda federal, quanto, sobretudo, para ressaltar o incrível alcance das águas, potencializando a carga dramática das falas e linhas daqueles registros que, oficialmente, animaram o fenômeno desde março.

O governador em exercício, José da Gama e Silva, se sublinhou a altitude de Manaus, advertiu para o iminente ataque das águas, reforçando a excepcionalidade do fenômeno: “A própria capital, cuja altitude põe em evidência a visão extraordinária de nossos ancestrais [...] está ameaçada pelas águas”⁴⁵.

Assim foi que o “calamitoso fenômeno” anunciado pelas autoridades, há mais de dois meses, começou a se fazer sentir também em Manaus que, “[...] também sofre os tremendos efeitos do pesado impacto [...] O espetáculo desolador não vive somente na hinterlandia, senão também na capital”⁴⁶; o “Auxílio objetivo do governador Álvaro Maia às vítimas da enchente”, em sintonia ao “perfil” da ACA, se prende aos moradores das importantes várzeas do Careiro e Cambixe ⁴⁷ e na “Fase Dramática na História da Amazônia”, a generalização de lugares e flagelados é total, não se especifica absolutamente nada na matéria de primeira página do *À Crítica*⁴⁸.

Maiores detalhes na imprensa de Manaus, para com a grande cheia, são quase todos referentes à hinterlandia amazonense e isso tanto no auge das “águas grandes” entre maio e junho, como quando da vazante dos rios a partir da segunda quinzena de junho. Como mais um significativo índice desse discurso no mês de maio, “Em visita às populações flageladas (o governador) irá ao Baixo Amazonas”, precisamente a “[...] Barreirinha, Urucurituba, Urucará e outras localidades da zona [...]”⁴⁹ de cuja grave situação, também nos aproximamos acima.

A “Assistência aos flagelados” da LBA, de fins de julho, quando as águas já tinham baixado bastante, visa os atingidos pela enchente ao longo do Rio Amazonas, mas, entre os seus contemplados, nenhum era da capital. Segue o

⁴⁵ *Exposição de Governo*, Manaus, 01 abr. a 15 mai.1953.

⁴⁶ ACA, Manaus, Boletim de mai. 1953.

⁴⁷ *A Gazeta*, Manaus, 13 mai.1953.

⁴⁸ *A Crítica*, Manaus, 16 mai.1953.

⁴⁹ *A Gazeta*, Manaus, 23 mai.1953.



subtítulo do *À Crítica*, “Envia a LBA viveres para o interior” que elenca em seguida: “Manacapuru, Codajás, Itacoatiara, Itapiranga, Maués e Uruará [...]”, focos de um primeiro envio, deixando o restante do Baixo Amazonas, “[...] Parintins, Urucurituba e Barreirinha [...]”, para um segundo momento⁵⁰.

Se as verbas não chegavam às vítimas do interior, várias destas, como uma última saída, eram constrangidos a imigrar para Manaus na expectativa de serem contemplados, ao menos, pela comiseração pública na principal cidade do estado, o que poderia representar comida, trabalho e assistência médica.

Eram essas, por exemplo, as promessas de outra comissão, a Campanha Popular de Ajuda as Vítimas da Enchente que anunciava na imprensa de Manaus “[...] morada para famílias e trabalho [...] durante a atual alagação [...]”, e, se não bastasse, “[...] alimentação durante a primeira semana de trabalho [...] assistência médica e farmacêutica”, principais demandas dos recém chegados que, segundo a “Fase Dramática...” do *À Crítica*, “[...] vem apenas com a roupa do corpo, constituindo um novo problema”⁵¹.

Assim, mais do que as águas, Manaus era tomada por interioranos atingidos pela grande enchente que, sem recursos, sobretudo os oficiais, se movimentavam em direção a capital e, tal como as verbas públicas, ali se concentravam, uns até as águas recuarem, retornando em seguida às suas várzeas, mas outros, se radicando definitivamente na cidade.

Considerações finais

O rio deixou de subir a 09 de junho, mas as “águas grandes”, ainda em agosto, preocupavam as autoridades tanto quanto seus números: 13 municípios fortemente atingidos com 62.500 pessoas desalojadas; mais de 10% do rebanho bovino perdidos, 50% do equino e suíno, 80% da avícola; toda a última semeadura de juta foi praticamente perdida, mesmo destino dos arrozais, da mandioca, bananais, milho e feijão, levando a falta de víveres e a consequente carestia dos gêneros básicos como farinha, ovo, leite e carnes que, tão logo a grande enchente passou, se precipitou nos mercados de consumo⁵².

⁵⁰ *A Crítica*, Manaus, 28 jul.1953.

⁵¹ *A Crítica*, Manaus, 16 mai.1953.

⁵² *Mensagem de Governo*, Manaus, 15 mar. 1954.



Segundo relatório de governo da época, a grande enchente ocasionou um prejuízo financeiro total ao estado “[...] de mais de 120 milhões de cruzeiros [...]”, botando por água abaixo os planos econômicos de equilíbrio financeiro que Álvaro Maia projetou a partir da supersafra de juta do ano anterior, “[...] com reflexos (ainda) no orçamento para 1954 [...]”⁵³.

Por outro lado, o prejuízo total da enchente de 120 milhões de cruzeiros é, “coincidentemente”, o mesmo valor previsto, segundo uma estimativa otimista, para a receita amazonense de 1953. Mas não acreditamos em tal coincidência.

Não podemos esquecer que tais cifras vinham no bojo das falas oficiais “cataclísmicas” que anunciavam a enchente em tons histórico e hiperbólicos e que os próprios números ajudaram a produzir também, voltados que estavam para a captação de verbas federais.

Assim, os mesmos 120 milhões do prejuízo total, em outra fonte que também reproduziu o mesmo relatório acima, simplesmente “viram” 150 milhões de cruzeiros⁵⁴, inflacionando a enchente em 30 milhões, mas do que pediu, por exemplo, o ambicioso projeto do deputado Paulo Nery.

Nos meses seguintes, algumas análises começaram a tentar explicar os motivos daquele evento natural sem precedentes⁵⁵: STERNBERG, 1956; BITTENCOURT, 1953 e SOARES, 1954. Em comum, os três estudos, como não comprovaram nenhum degelo anormal nos Andes (nascente do Rio Amazonas), apontaram o altíssimo índice pluviométrico como o fator que desencadeou a grande alagação da qual restou ainda o medo que se fez sentir no final de 1953 quando outra enchente iria iniciar.

Seriam essas “águas grandes” comuns? Ou seriam nos moldes das “águas” antecedentes? E se a enchente de 1954 batesse a casa dos 30 m? Então o “apocalipse” das águas, anunciado por políticos e empresários locais, se realizaria? Os medos aumentavam ainda mais pela crença popular das chamadas enchentes “casadas”, ou seja, a uma grande enchente segue, imediatamente, outra maior ainda, pelo menos foi assim em 1908-1909, 1921-1922 e 1943-1944.

⁵³ *Relatório de Governo*, Manaus, 03 dez.1953.

⁵⁴ *Diário Oficial*, Manaus, 03 dez.1953.

⁵⁵ STERNBERG, Hilgard O'Reilly. **A água e o homem na várzea do careiro**. Rio de Janeiro: Universidade do Brasil, 1956; BITTENCOURT, A. “As enchentes do rio Amazonas”. **Boletim da ACA**, n.144, p. 07-11, jul. 1953; SOARES, L. de C. “Resultados dos estudos preliminares acerca da grande cheia do rio Amazonas”. **Boletim da ACA**, n. 159, p. X-X, out.1954.



Receios que contagiavam também à alta cúpula da ACA e do governo. Enquanto os diretores da ACA, ainda em julho, questionavam: “Será que a enchente de 1954 vai ser maior?”⁵⁶, os governantes afirmavam, em fins de 1953, que “os nossos ribeirinhos se encontram receosos de nova enchente, se não pararem as águas, em subida ameaçadora, na mesma região sacrificada [...]”⁵⁷.

Finalmente, mais do que discutir se seriam (ou não) exageradas as falas dos políticos e empresários amazonenses para com a grande cheia de 1953, nos pareceu mais importante ponderarmos a que se prestavam tais pontos de vista. É plausível pensarmos que, mesmo sem a alagação, as autoridades amazonenses se movimentariam contra a Lei do Cambio Livre que, com ou sem grande enchente, minaria ainda mais as poucas receitas estaduais.

Por outro lado, a alagação incomum, tanto potencializou os resultados danosos da Lei, como representou uma poderosa carta nos “jogos” políticos que se seguiram no Palácio do Catete e no Senado Federal e não estamos certo de que, sem aquele evento natural inédito, a comitiva amazonense conseguiria as taxas favoráveis (pelo menos não nos mesmos percentuais) para seus principais produtos e, por consequência, uma sobrevida para o erário local.

Também não se tratou de negar as angústias e a excepcionalidade da inundação, mas de entrever que o léxico apocalíptico dos relatos oficiais se prendia muito mais aos devastadores efeitos econômicos da enchente para as finanças amazonenses. Isso sim, impactava muito mais os políticos e empresários do que a incomum subida das águas que, de resto, também foi explorada como chamariz social com o objetivo de obter mais verbas oficialmente destinadas aos ribeirinhos flagelados do interior amazonense, mas que ali não (ou pouco) chegavam, resultado de uma antiga malversação do dinheiro público ocorrida a partir de Manaus.

Se na primeira mensagem de governo de 1953 (de 15 de março), quando as águas do Rio Amazonas já iam altas, a enchente não apareceu na pauta de preocupações do governo, no último relatório daquele ano, ela havia se tornado a protagonista.

⁵⁶ ACA, Manaus, Boletim de jul. 1953.

⁵⁷ *Relatório de Governo*, Manaus, 03 dez.1953.



Aquelas “águas grandes” não apenas abrem o relatório, tópico a parte “Enchentes”, se fazendo sentir em quase todas as suas 23 páginas, como ainda concluem o documento, cujo epílogo é igual ao tom “cataclísmico” que reverberou a grande enchente nas falas políticas, empresariais e jornalísticas:

[...] dificuldades oriundas da maior catástrofe econômica destes derradeiros anos, proveniente das enchentes [...] Pairando em situações dramáticas, sob a voracidade das enchentes, devemos nutrir a coragem dos que verdadeiramente lutam, por amor a terra, máxime em suas horas de angustia [...] nada está perdido, mas tudo se reforma e transforma⁵⁸.

Data de submissão: 13/10/2023

Data de aceite: 18/12/2023

Referências

- AB’SABER, Aziz Nacib. “A Cidade de Manaus (primeiros estudos)”. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 15, p. 18-45, out. 1953.
- _____. “Bases para o estudo dos ecossistemas da Amazônia brasileira”. **Estudos Avançados**, vol. 1, p. 07-30, 2002.
- BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia: um pouco-antes, além-depois**. Manaus: U. Calderaro, 1977.
- BITTENCOURT, A. “As enchentes do rio Amazonas”. **Boletim da ACA**, n.144, p. 07-11, jul. 1953.
- _____. **O homem amazonense e o espaço**. Manaus: Arte Nova, 1965.
- REIS, Arthur Cezar Ferreira. “O mundo amazônico: terra, floresta, água e ar”. **Cadernos de Arquitetura Brasileira**, n. 1, p. 26-47, 1967/68.
- SILVA, Edivânia Hosana da. **Imaginário das águas: narrativas “maravilhosas” da comunidade São José no Careiro da Várzea, Amazonas**. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2009.
- SOARES, Lúcio de Castro. “Amazônia”. **Guia da Excursão**, n.08, p. 29-73, 1963.
- _____. “Resultados dos estudos preliminares acerca da grande cheia do rio Amazonas”. **Boletim da ACA**, n. 159, p. X-X, out.1954.
- STERNBERG, Hilgard O'Reilly. **A água e o homem na várzea do careiro**. Rio de Janeiro: Universidade do Brasil, 1956.

⁵⁸ *Diário Oficial*, Manaus, 03 dez.1953.

